

Alerta Legislação nº 23, de 03 a 08 jun. 2019

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

Visite nosso endereço na Internet e conheça
outros produtos da Biblioteca:

<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

DESTAQUES

Governo Federal

LEI Nº 13.840, DE 5 DE JUNHO DE 2019

Altera as leis (...) para dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

PUBLICAÇÃO DOU

SUPERIOR

06/06/2019

LEI Nº 13.841, DE 5 DE JUNHO DE 2019

Altera a [Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002](#), para prorrogar o prazo de recebimento de gratificações pelos servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União, e a [Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007](#), que dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública.

LEI Nº 13.840, DE 5 DE JUNHO DE 2019

Altera as [Leis nos 11.343, de 23 de agosto de 2006](#) (1), [7.560, de 19 de dezembro de 1986](#) (2), [9.250, de 26 de dezembro de 1995](#) (3), [9.532, de 10 de dezembro de 1997](#) (4), [8.981, de 20 de janeiro de 1995](#), [8.315](#) (5), [8.315 de 23 de dezembro de 1991](#) (6), [8.706, de 14 de setembro de 1993](#) (7), [8.069, de 13 de julho de 1990](#) (8), [9.394, de 20 de dezembro de 1996](#) (9), e [9.503, de 23 de setembro de 1997](#) (10), os [Decretos-Lei nos 4.048, de 22 de janeiro de 1942](#) (11), [8.621, de 10 de janeiro de 1946](#) (12), e [5.452, de 1º de maio de 1943](#) (13), para dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas.

(1) Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.

(2) Cria o Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate às Drogas de Abuso, dispõe sobre os bens apreendidos e adquiridos com produtos de tráfico ilícito de drogas ou atividades correlatas, e dá outras providências.

(3) *Altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências.*
 (4) *Altera a legislação tributária federal e dá outras providências.*
 (5) *Altera a legislação tributária Federal e dá outras providências.*
 (6) *Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) nos termos do art. 62 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.*
 (7) *Dispõe sobre operações de crédito externo contratadas pelo extinto Banco Nacional da Habitação.*
 (8) *Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.*
 (9) *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.*
 (10) *Institui o Código de Trânsito Brasileiro.*
 (11) *Define, como encargos necessários à defesa da Pátria, os serviços de defesa passiva anti-aérea*
 (12) *Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e dá outras providências.*
 (13) *Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.*

DECRETO Nº 9.825, DE 5 DE JUNHO DE 2019

Regulamenta a [Lei nº 13.810, de 8 de março de 2019](#), para dispor sobre o cumprimento de sanções impostas por resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas e por designações de seus comitês de sanções, incluída a indisponibilidade de ativos de pessoas naturais e jurídicas e de entidades, e a designação nacional de pessoas investigadas ou acusadas de terrorismo, de seu financiamento ou de atos a ele correlacionados.

05/06/2019

LEI Nº 13.839, DE 4 DE JUNHO DE 2019

Altera a [Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006](#), para prever, no conceito de segurança alimentar e nutricional, a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio das medidas que mitiguem o risco de escassez de água potável, bem como a formação de estoques reguladores e estratégicos de alimentos.

LEI Nº 13.838, DE 4 DE JUNHO DE 2019

Altera a [Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973](#) (Lei de Registros Públicos), para dispensar a anuência dos confrontantes na averbação do georreferenciamento de imóvel rural.

LEI Nº 13.836, DE 4 DE JUNHO DE 2019

Acrescenta dispositivo ao art. 12 da [Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006](#), para tornar obrigatória a informação sobre a condição de pessoa com deficiência da mulher vítima de agressão doméstica ou familiar.

LEI Nº 13.835, DE 4 DE JUNHO DE 2019

Altera a [Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000](#), para assegurar às pessoas com deficiência visual o direito de receber cartões de crédito e de movimentação de contas bancárias com as informações vertidas em caracteres de identificação tátil em braile.

LEI Nº 13.834, DE 4 DE JUNHO DE 2019

Altera a [Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965](#) – Código Eleitoral, para tipificar o crime de denúncia caluniosa com finalidade eleitoral.

LEI Nº 13.833, DE 4 DE JUNHO DE 2019

Dispõe sobre a transferência, da União para o Distrito Federal, da Junta Comercial do Distrito Federal e das atividades de registro público de empresas mercantis e atividades afins no Distrito Federal; e altera a [Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994](#), que

	dispõe sobre o registro público de empresas mercantis e atividades afins. <u>LEI Nº 13.832, DE 4 DE JUNHO DE 2019</u> Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para viabilizar a aplicação de recursos do Fundo em operações de crédito destinadas às entidades hospitalares filantrópicas, bem como a instituições que atuam no campo para pessoas com deficiência, sem fins lucrativos, que participem de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS). <u>DECRETO Nº 9.824, DE 4 DE JUNHO DE 2019</u> Declara de interesse social a atividade em salina, destinada à produção e ao beneficiamento de sal marinho, nos Municípios de Mossoró, Macau, Areia Branca, Galinhos, Grossos, Porto do Mangue, Pendências e Guamaré, Estado do Rio Grande do Norte. <u>DECRETO Nº 9.822, DE 4 DE JUNHO DE 2019</u> Altera o Anexo ao Decreto nº 3.446, de 4 de maio de 2000, que aprova o Regulamento da Ordem do Mérito Aeronáutico. <u>DECRETO Nº 9.821, DE 4 DE JUNHO DE 2019</u> Regulamenta a Lei nº 13.833, de 4 de junho de 2019, que dispõe sobre a transferência, da União para o Distrito Federal, da Junta Comercial do Distrito Federal e das atividades de registro público de empresas mercantis e atividades afins no Distrito Federal.
04/06/2019	<u>DECRETO Nº 9.820, DE 3 DE JUNHO DE 2019</u> Dispõe sobre a inclusão no Programa Nacional de Desestatização - PND das debêntures participativas de emissão da Vale S.A. detidas pela União. <u>DECRETO Nº 9.819, DE 3 DE JUNHO DE 2019</u> Dispõe sobre a Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo. <u>DECRETO Nº 9.818, DE 3 DE JUNHO DE 2019</u> Altera o Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016, que institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras e organiza a atuação de unidades da administração pública federal para sua execução. <u>DECRETO Nº 9.817, DE 3 DE JUNHO DE 2019</u> Altera o Decreto nº 7.950, de 12 de março de 2013, para dispor sobre a composição e o funcionamento do Comitê Gestor da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos.
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Ministério da Defesa (MD)	COMANDO DA AERONÁUTICA (COMAER) ↳ Gabinete do Comandante (GABAER) <u>PORTARIA Nº 907/GC3, DE 3 DE JUNHO DE 2019</u> Altera a Portaria nº 219/GC5, de 27 de março de 2001, que aprova

	critérios e fixa valores para a aplicação e a cobrança das Tarifas Aeroportuárias de Armazenagem e de Capatazia, sobre cargas importadas e a serem exportadas ou em situações especiais e dá outras providências.
Ministério da Economia	BANCO CENTRAL DO BRASIL <u>RESOLUÇÃO Nº 4.723, DE 30 DE MAIO DE 2019</u> Altera a Resolução nº 4.284, de 5 de novembro de 2013, e seus Anexos I e II, Estatuto e Regulamento do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), para promover ajustes nos mecanismos de governança do Fundo e na contribuição das instituições a ele associadas. <u>RESOLUÇÃO Nº 4.722, DE 30 DE MAIO DE 2019</u> Altera o Estatuto e o Regulamento do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), de que tratam, respectivamente, os Anexos I e II à Resolução nº 4.222, de 23 de maio de 2013. <u>RESOLUÇÃO Nº 4.721, DE 30 DE MAIO DE 2019</u> Dispõe sobre a constituição, a autorização para funcionamento, o funcionamento, as reorganizações societárias e o cancelamento da autorização para funcionamento das Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte. <u>RESOLUÇÃO Nº 4.720, DE 30 DE MAIO DE 2019</u> Dispõe sobre os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. <u>RESOLUÇÃO Nº 4.719, DE 30 DE MAIO DE 2019</u> Altera o prazo máximo para reembolso das operações de custeio agrícola contratadas para cumprimento das exigibilidades adicionais de aplicação no crédito rural de que trata a Seção 9 (Normas Transitórias) do Capítulo 6 (Recursos) do Manual de Crédito Rural (MCR). <u>RESOLUÇÃO Nº 4.718, DE 30 DE MAIO DE 2019</u> Ajusta normas a serem aplicadas às operações contratadas no âmbito do Fundo de Terras e da Reforma Agrária Mais, de que trata a Seção 1-A do Capítulo 12 (Programas Especiais) do Manual de Crédito Rural (MCR). SECRETARIA ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO ↳ Secretaria de Previdência <u>PORTARIA Nº 555, DE 3 DE JUNHO DE 2019</u> Altera a Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011, que dispõe sobre as aplicações dos recursos financeiros dos Regimes Próprios de Previdência Social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
Ministério da Educação	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE) <u>RESOLUÇÃO Nº 5, DE 6 DE JUNHO DE 2019</u> Dispõe sobre o recebimento das prestações de contas do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e do Programa Nacional de

	Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE, relativo à competência de 2018, e dá outras providências. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (SETEC) <u>PORTARIA Nº 8, DE 28 DE MAIO DE 2019</u> Institui e regulamenta a Comissão Permanente de Acompanhamento das Ações de Permanência e o Êxito dos Estudantes de Rede Federal e dá outras providências.
Ministério das Relações Exteriores	SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES ↳ Secretaria de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania ↳ ↳ Departamento de Segurança e Justiça ↳ ↳ ↳ Divisão de Atos Internacionais <u>AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA PARA A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA "FUNDO DE ESTUDOS E PERITOS"</u>
Ministério da Saúde	AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) ↳ Diretoria Colegiada (DC) <u>RESOLUÇÃO-RDC Nº 290, DE 4 DE JUNHO DE 2019</u> Altera o art. 8º e o art. 9º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 35, de 15 de junho de 2012. Art. 1º O art. 8º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 35, de 15 de junho de 2012, que dispõe sobre o estabelecimento dos procedimentos necessários para aquisição de medicamentos de referência indisponíveis para comercialização em território nacional, passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 8º Para a realização das provas de equivalência farmacêutica e bioequivalência/ biodisponibilidade relativa, os medicamentos de referência deverão ser adquiridos em território nacional, salvo se forem atendidos os requisitos do art 9º, garantindo-se sua identificação através de notas fiscais que discriminem o número de lote e outras formas de controle." (NR) <u>RESOLUÇÃO-RDC Nº 289, DE 4 DE JUNHO DE 2019</u> Dispõe sobre a atualização da lista de Denominações Comuns Brasileiras (DCB). <u>RESOLUÇÃO-RDC Nº 288, DE 4 DE JUNHO DE 2019</u> Altera a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 7, de 10 de fevereiro de 2015, que dispõe sobre os "REQUISITOS TÉCNICOS PARA PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL, COSMÉTICOS E PERFUMES." ↳ Quarta Diretoria ↳ ↳ Gerência-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 1.478, DE 3 DE JUNHO DE 2019</u> (...) Art. 1º Adotar a(s) medida(s) cautelar(es) constante(s) no ANEXO. Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES ANEXO

	1. Empresa: Todas. Produto - (Lote): ALIMENTOS QUE APRESENTEM MORINGA OLEIFERA NA SUA COMPOSIÇÃO, EM QUAISQUER FORMAS DE APRESENTAÇÃO(todos); MORINGA OLEIFERA COMO INSUMO PARA ALIMENTOS, EM QUAISQUER FORMAS DE APRESENTAÇÃO(todos); Tipo de Produto: Alimento Expediente nº: 0360332/19-6 Assunto: 70351 - MEDIDA CAUTELAR- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária Ações de fiscalização: Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Importação, Propaganda Motivação: Considerando não haver avaliação e comprovação de segurança do uso da espécie Moringa oleifera em alimentos; Considerando que produtos denominados e/ou constituídos de Moringa oleifera vêm sendo irregularmente comercializados e divulgados com diversas alegações terapêuticas não permitidas para alimentos, infringindo os arts. 21, 23, 31 e 56 do Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969 (*); item 4.3 da Resolução Anvisa nº 16, de 30 de abril de 1999; item 3.5 da Resolução Anvisa nº 18, de 30 de abril de 1999; item 3.1, alíneas b, e, f e g da Resolução - RDC nº 259, de 20 de setembro de 2002. (*) <i>Institui normas básicas sobre alimentos.</i>
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
06/06/2019	<u>LEI Nº 17.056, DE 05 DE JUNHO DE 2019</u> Autoriza o Poder Executivo a adotar providências relacionadas à extinção e incorporação das empresas que especifica e dá providências correlatas (...) Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as providências necessárias com vistas à dissolução, liquidação e a extinção da Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo – CODASP, da Companhia Paulista de Obras e Serviços – CPOS e da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A. – EMPLASA, bem como à incorporação da Imprensa Oficial do Estado S.A. – IMESP pela Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – PRODESP, nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. (...)
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Legislação superior: de 03 a 08/06/2019	Não houve

Cultura (SC)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SC - 06, DE 30-05-2019</u> Estabelece os limites dos valores de incentivo fiscal, previsto no inciso I, do artigo 24, do Decreto 54.275, de 27-04-2009 e dá outras providências
Desenvolvimento Social (SEDS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SEDS 15, DE 31-5-2019</u> Cria Grupo de Trabalho denominado "Grupo de Trabalho de Prevenção ao Uso de Substâncias Psicoativas nos Equipamentos Socioassistenciais no Estado de São Paulo", com a finalidade de alinhar a Política sobre Drogas à Política de Assistência Social referente a prevenção ao uso de substâncias psicoativas CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CONDECA) <u>DELIBERAÇÃO 3, DE 22-5-2019</u> Delibera sobre a destinação futura de recursos a projetos financiados pelo Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente
Educação (SE)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO, DE 30-5-2019</u> Homologando, com fundamento no artigo 9º da Lei 10.403, de 6 de julho de 1971, Deliberação CEE 167/2019, que "Fixa normas para regulação dos cursos de medicina para os estabelecimentos de ensino superior vinculados ao Sistema de Ensino do Estado de São Paulo"
Fazenda e Planejamento (SFP)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SFP 55, DE 07-06-2019</u> Altera a Resolução SF 43, de 10-04-2018, que dispõe sobre a execução do Programa de Estímulo à Conformidade Tributária - "Nos Conformes", instituído pela Lei Complementar 1.320, de 06-04-2018 <u>RESOLUÇÃO SFP 54, DE 05-06-2019</u> Dispõe sobre o sorteio de prêmios no âmbito do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo SUBCOORDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO, COBRANÇA, ARRECAÇÃO, INTELIGÊNCIA DE DADOS E ATENDIMENTO ↳ Diretoria de Arrecadação, Cobrança e Recuperação de Dívida <u>COMUNICADO DICAR-37</u> Divulga valores arrecadados a título de Contribuição de Solidariedade às Santas Casas de Misericórdia, por região administrativa do Estado, relativamente ao mês de maio de 2019 <u>COMUNICADO DICAR-36</u> Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 28-06-2019 para os débitos de Multas Infracionais do ICMS <u>COMUNICADO DICAR-35</u>

	Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 28-06-2019 para os débitos de ICMS <u>COMUNICADO DICAR-34</u> Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 28-06-2019 para os débitos de Multas Infracionais <u>COMUNICADO DICAR-33</u> Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 28-06-2019 para os débitos de Taxas <u>COMUNICADO DICAR-32</u> Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 28-06-2019 para os débitos de Multas Infracionais do IPVA e do ITCMD <u>COMUNICADO DICAR-31</u> Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 28-06-2019 para os débitos de ITCMD e de IPVA
Governo (SG)	AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO E ENERGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO (ARSESP) <u>RETIFICAÇÃO DO D.O. DE 31-5-2019</u> Na Deliberação Arsesp 875, que dispõe sobre o reajuste dos valores das margens de distribuição, sobre a atualização do custo médio ponderado do gás e do transporte e sobre o repasse das variações do preço do gás e do transporte fixados nas tarifas, sobre a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) e Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – Específico (TUSD-E) a serem aplicadas no mercado livre e sobre as tabelas tarifárias a serem aplicadas pela concessionária de distribuição de gás canalizado Companhia de Gás de São Paulo – Comgás. <u>NA DELIBERAÇÃO ARSESP 875, NO ANEXO 3 – SEGMENTO ALTO</u> Fator de Carga Industrial, onde se lê: (...)
Justiça e Cidadania (SJC)	INSTITUTO DE MEDICINA SOCIAL E DE CRIMINOLOGIA DE SÃO PAULO (IMESC) <u>PORTARIA IMESC - 1, DE 5-6-2019</u> (...) Artigo 1º - Fica regulamentado o Processo de Avaliação para fins de pagamento do Prêmio de Produtividade Médica – PPM aos servidores integrantes da carreira de Médico, em efetivo exercício no Instituto de Medicina Social e Criminologia de São Paulo – IMESC. (...)
Procuradoria Geral do Estado (PGE)	GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DO ESTADO (GPG) <u>RESOLUÇÃO PGE 22, DE 4-6-2019</u> Dispõe sobre a classificação provisória no Gabinete do Procurador Geral e dá outras providências CENTRO DE ESTUDOS (CEPGE)

	↪ Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo (ESPGE) <u>PORTARIA CE-ESPGE 004/2019, DE 6-6-2019</u> Altera parcialmente a redação do Regimento Interno da Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado <u>PORTARIA CE-ESPGE 003/2019, DE 6-6-2019</u> Dispõe sobre o processo de elaboração, prazo, forma de entrega e critérios de avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso dos Cursos de Pós-Graduação (especialização lato sensu), ministrados pela Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo <u>PORTARIA CE-ESPGE 002/2019, DE 6-6-2019</u> Disciplina a atividade e a remuneração de Palestrantes, Debatedores, Professores, Coordenadores, Professores Assistentes, Orientadores e Revisores
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	CONSELHO UNIVERSITÁRIO (CONSU) <u>DELIBERAÇÃO CONSU-A-20, DE 4-6-2019</u> Aprova o reajuste proposto pelo Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas - Cruesp <u>DELIBERAÇÃO CONSU-A-13, DE 28-5-2019</u> Institui o Programa "Cesar Lattes" do Cientista Residente
Publicação DOE Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
08/06/2019	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 751, DE 2019</u> Institui a Política Estadual de Segurança de Barragens DOE, Legislativo, 08/06/2019, p. 7 PROJETOS DE RESOLUÇÃO <u>PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 21, DE 2019</u> Insere a alínea "c" no parágrafo único do artigo 5ª, do Código de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução 766/1994), para incluir no rol de irregularidades graves o recebimento de valores oriundos de monetização de vídeos na plataforma online "YouTube" ou qualquer outra análoga a esta de conteúdo que decorra do exercício da atividade parlamentar DOE, Legislativo, 08/06/2019, p. 8 <u>PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 20, DE 2019</u> Altera o "caput" do artigo 286 do Regimento Interno DOE, Legislativo, 08/06/2019, p. 8
07/06/2019	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 750, DE 2019</u> Autoriza o Poder Executivo a conceder isenção do ICMS - Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços, de setores econômicos específicos no Estado de São Paulo.

[DOE, Legislativo, 07/06/2019, p. 9](#)

PROJETO DE LEI Nº 749, DE 2019

Determina aos Hospitais Regionais e Hospitais Municipais das cidades do Estado de São Paulo com população acima de 100 mil habitantes, a manterem equipamentos e equipes de profissionais capacitados para realizarem exames de cateterismo.

[DOE, Legislativo, 07/06/2019, p. 9](#)

PROJETO DE LEI Nº 748, DE 2019

Dispõe sobre a criação do Fundo Estadual de Proteção Animal - FEPA.

[DOE, Legislativo, 07/06/2019, p. 9](#)

PROJETO DE LEI Nº 747, DE 2019

Determina que a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo promova busca ativa dos alunos que estejam tendentes a abandonar as escolas no meio do ano letivo ou para o preenchimento de vagas na rede estadual de ensino.

[DOE, Legislativo, 07/06/2019, p. 8](#)

PROJETO DE LEI Nº 746, DE 2019

Dispõe sobre as ausências de professores aos seus locais de trabalho em virtude manifestações, paralisações ou greve.

[DOE, Legislativo, 07/06/2019, p. 8](#)

PROJETO DE LEI Nº 745, DE 2019

Dispõe sobre as consignações em folha de pagamento de servidores públicos civis e militares, ativos e inativos e reformados e de pensionistas, da administração direta e autárquica e dá outras providências.

[DOE, Legislativo, 07/06/2019, p. 7](#)

PROJETO DE LEI Nº 744, DE 2019

Classifica como interesse turístico o município de Itaí.

[DOE, Legislativo, 07/06/2019, p. 7](#)

PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 26, DE 2019

Aprova a indicação de membro para integrar a Diretoria da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP.

[DOE, Legislativo, 07/06/2019, p. 9](#)

TRIBUNAL DE CONTAS (TCE)

COMUNICADOS

COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA

COMUNICADO GP Nº 26/2019

MUNICÍPIOS SEM ALERTA SISTEMA AUDESP: RESULTADO DO 2º BIMESTRE

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, por seu Presidente, e, considerando as informações contidas no processo SEI 376/2019-32 – que abriga o resultado do 2º bimestre de 2019 das análises contábeis dos municípios jurisdicionados, para fins do acompanhamento previsto na Lei Complementar nº 101/00 – a Lei de Responsabilidade Fiscal, torna público OS MUNICÍPIOS, DE CUJA ANÁLISE NÃO RESULTOU ALERTA DA LRF, PARA O PERÍODO:
(...)

[DOE, Legislativo, 07/06/2019, p. 25](#)

COMUNICADO GP Nº 25/2019

CÂMARAS MUNICIPAIS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA QUE DEIXARAM DE ENVIAR O BALANCETE CONTÁBIL SISTEMA AUDESP: RESULTADO DO 2º BIMESTRE

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, por seu Presidente, e, considerando as informações contidas no processo SEI 376/2019- 32 – que abriga o resultado do 2º bimestre de 2019, das análises contábeis dos municípios jurisdicionados, para fins do acompanhamento previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, torna público AS CÂMARAS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA MUNICIPAL QUE DESCUMPRIRAM AS INSTRUÇÕES VIGENTES, DEIXANDO DE ENVIAR O BALANCETE CONTÁBIL E COM ISTO IMPEDIRAM O SISTEMA AUDESP DE PROCEDER ÀS ANÁLISES DOS DADOS DE RECEITA E DESPESA, PARA FINS DO ART. 59.

(...)

[DOE, Legislativo, 07/06/2019, p. 24](#)

COMUNICADO GP Nº 24/2019

MUNICÍPIOS QUE DEIXARAM DE ENVIAR O BALANCETE CONTÁBIL SISTEMA AUDESP: RESULTADO DO 2º BIMESTRE

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, por seu Presidente, e, considerando as informações contidas no processo SEI 376/2019- 32 – que abriga o resultado do 2º bimestre de 2019, das análises contábeis dos municípios jurisdicionados, para fins do acompanhamento previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, torna público AS PREFEITURAS QUE DESCUMPRIRAM AS INSTRUÇÕES VIGENTES, DEIXANDO DE ENVIAR O BALANCETE CONTÁBIL E COM ISTO IMPEDIRAM O SISTEMA AUDESP DE PROCEDER ÀS ANÁLISES DOS DADOS DE RECEITA E DESPESA, PARA FINS DO ART. 59.

(...)

[DOE, Legislativo, 07/06/2019, p. 24](#)

COMUNICADO GP Nº 23/2019

ALERTA AOS PREFEITOS – LC 101/00 (LRF) Incisos I e/ou V do Art. 59, § 1º da LRF – Análises de Receita e Despesa SISTEMA AUDESP – 2º BIMESTRE 2019

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, nos termos do art. 59, § 1º, incisos I e V, da Lei de Responsabilidade Fiscal- LRF, tendo em vista que as análises contábeis dos dados de receita e despesa do 2º BIMESTRE de 2019 indicaram:

a) Insuficiência de receita que poderá comprometer o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais (inciso I); e/ou b) A existência de fatos que comprometem os resultados dos programas, com indícios de irregularidades na gestão orçamentária (inciso V),

(...)

[DOE, Legislativo, 07/06/2019, p. 21](#)

COMUNICADO GP Nº 22/2019

ALERTA AOS PREFEITOS – LC 101/00 (LRF) Inciso II do Art. 59, § 1º da LRF – Despesa com Pessoal 1º quadrimestre de 2019

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, nos termos do Art. 59, § 1º, inciso II da Lei Complementar nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal- LRF, tendo em vista o resultado das

	análises contábeis dos dados de receita e despesa do 1º QUADRIMESTRE DE 2019 ter indicado que as despesas de pessoal, nos municípios listados ao final, ultrapassaram 90%, 95% ou 100%, do limite estabelecido no Art. 20, inciso III, letra "b" da referida LRF, ALERTA AO SENHOR PREFEITO de cada município, para que: 1. no caso em que o resultado percentual seja igual ou maior que 90% e menor que 95% (entre 48,60 e 51,29), observe os termos dos Arts. 21 a 23 da referida LRF e ADOTE as providências que lhe cabe para evitar a extrapolação, no ano, do limite legalmente estabelecido para tais despesas. 2. no caso em que o resultado percentual seja igual ou maior que 95% e menor ou igual a 100% (51,30 e 54,00), OBSERVE as vedações previstas nos incisos I a V do Parágrafo único, do Art. 22 da referida Lei. 3. no caso em que o resultado percentual esteja acima de 54,00, OBSERVE as vedações previstas no Art. 22, e também ATENTE PARA CUMPRIR a exigência de ação a ser executada nos 2º e 3º quadrimestres para eliminar o percentual excedente, conforme determina o Art. 23, ambos da LRF. (...) DOE, Legislativo, 07/06/2019, p. 20
06/06/2019	PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO <u>PROPOSTA DE EMENDA Nº 11, DE 2019, À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO</u> Acrescenta novo parágrafo ao artigo 11 da Constituição do Estado. (...) Artigo 1º - O artigo 11 da Constituição do Estado fica acrescido do seguinte parágrafo: "Artigo 11 -..... § 3º - A vedação prevista no §2º deste artigo aplica-se nas eleições da Mesa que ocorram na mesma ou na legislatura subsequente." (NR). (...) DOE, Legislativo, 06/06/2019, p. 15 PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 743, DE 2019</u> Dispõe sobre o direito que a pessoa transgênero (travestis, mulheres transexuais, homens trans e intersexo) à alteração de seu prenome e de sua classificação de gênero no registro civil, de forma gratuita, por ocasião da averbação de tal condição à margem do assento de nascimento. DOE, Legislativo, 06/06/2019, p. 16 <u>PROJETO DE LEI Nº 742, DE 2019</u> Dispõe sobre o direito que o transgênero (travestis, mulheres transexuais, homens trans e intersexo) tem à alteração de seu prenome e de sua classificação de gênero no registro civil, de forma gratuita, por ocasião da averbação de tal condição à margem do assento de nascimento. DOE, Legislativo, 06/06/2019, p. 16 <u>PROJETO DE LEI Nº 740, DE 2019</u> Classifica Franca como Município de Interesse Turístico.

	DOE, Legislativo, 06/06/2019, p. 16 <u>PROJETO DE LEI Nº 738, DE 2019</u> Dispõe sobre a adoção de atividades com fins educativos para enfrentamento à violência e reparação de danos causados no âmbito dos estabelecimentos que compõem o Sistema Estadual de Ensino do Estado de São Paulo, e dá outras providências. DOE, Legislativo, 06/06/2019, p. 15 <u>PROJETO DE LEI Nº 737, DE 2019</u> Institui o "Prêmio Cidade Amiga do Idoso" e dá outras providências. DOE, Legislativo, 06/06/2019, p. 15 <u>PROJETO DE LEI Nº 736, DE 2019</u> Proíbe no Estado de São Paulo o fornecimento de copos, pratos, talheres e mexedores de bebidas confeccionados com material plástico, e dá outras providências. DOE, Legislativo, 06/06/2019, p. 15
05/06/2019	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 735, DE 2019</u> Dispõe sobre incentivo a doação de sangue no âmbito do Estado de São Paulo e dá outras providências. DOE, Legislativo, 05/06/2019, p. 16 <u>PROJETO DE LEI Nº 734, DE 2019</u> Institui a "Semana do Arroz e Feijão". DOE, Legislativo, 05/06/2019, p. 16 <u>PROJETO DE LEI Nº 733, DE 2019</u> Dispõe sobre a inclusão do conteúdo sobre recepção de ocorrência de proteção animal no programa curricular da Academia de Polícia "Dr. Coriolano Nogueira Cobra" - ACADEPOL e dá outras providências. DOE, Legislativo, 05/06/2019, p. 16 <u>PROJETO DE LEI Nº 732, DE 2019</u> Altera a Lei nº 14.984, de 12 de abril de 2013, que dispõe sobre o pagamento de indenização por morte ou invalidez e a contratação de seguro de vida em grupo, na forma que especifica, e dá outras providências. DOE, Legislativo, 05/06/2019, p. 16 <u>PROJETO DE LEI Nº 731, DE 2019</u> Dispõe sobre a proteção dos professores, servidores ou empregados da educação no âmbito do Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 05/06/2019, p. 15 <u>PROJETO DE LEI Nº 730, DE 2019</u> Institui a gratuidade temporária no sistema de transporte público coletivo do Estado de São Paulo para mulheres vítimas de violência doméstica, e dá outras providências. DOE, Legislativo, 05/06/2019, p. 15 <u>PROJETO DE LEI Nº 729, DE 2019</u> Institui o Estatuto Paulista de Defesa dos Animais.

	DOE, Legislativo, 05/06/2019, p. 13 PROJETOS DE RESOLUÇÃO <u>PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 19, DE 2019</u> Dispõe sobre a extinção do Núcleo de Avaliação Estratégica da Assembleia Legislativa de São Paulo, revogando a Resolução nº 904/2015, e a alínea "s", do inciso I, do artigo 1º, da Resolução nº 776/1996. DOE, Legislativo, 05/06/2019, p. 16
04/06/2019	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 728, DE 2019</u> Institui a "Semana Estadual do Idoso em São Paulo" e dá outras providências. DOE, Legislativo, 04/06/2019, p. 12 PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS <u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 25, DE 2019</u> Susta os efeitos do Decreto nº 64.186, de 15 de abril de 2019, que altera a redação dos dispositivos que especifica do Decreto nº 50.941, de 5 de julho de 2006, que reorganiza a então denominada Secretaria da Cultura, atual Secretaria da Cultura e Economia Criativa, e dá providências correlatas. DOE, Legislativo, 04/06/2019, p. 12
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
08/06/2019	<u>DECRETO Nº 58.792, DE 7 DE JUNHO DE 2019</u> Altera a Tabela integrante do Decreto nº 58.589, de 26 de dezembro de 2018, que fixa o valor dos preços de serviços prestados pelas Unidades da Prefeitura do Município de São Paulo.
07/06/2019	<u>LEI Nº 17.110, DE 6 DE JUNHO DE 2019</u> (PROJETO DE LEI Nº 110/17, DOS VEREADORES ZÉ TURIN – PHS E ISAC FÉLIX – PL) Institui o ensino de música na Rede Municipal de Ensino, e dá outras providências. <u>DECRETO Nº 58.790, DE 6 DE JUNHO DE 2019</u> Substitui o conteúdo do item 28 da Tabela integrante do Decreto nº 58.589, de 26 de dezembro de 2018, que fixa o valor dos preços de serviços prestados por Unidades da Prefeitura do Município de São Paulo.
06/06/2019	<u>DECRETO Nº 58.788, DE 5 DE JUNHO DE 2019</u> Dispõe sobre a criação de centro de educação infantil. (...) Art. 1º Fica criado o Centro de Educação Infantil Jardim Lallo, localizado na Rua José Rufino da Silva, 152, Distrito Cidade Dutra, vinculado à Diretoria Regional de Educação Capela do Socorro, da

	Secretaria Municipal de Educação. (...)
05/06/2019	<u>LEI Nº 17.109, DE 4 DE JUNHO DE 2019</u> (Projeto de Lei nº 126/16, do Vereador Eduardo Tuma – PSDB) Institui o Código Municipal de Defesa do Consumidor e dá outras providências
04/06/2019	<u>DECRETO Nº 58.784, DE 3 DE JUNHO DE 2019</u> Dispõe sobre permissão de uso, ao Governo do Estado de São Paulo, a título precário e gratuito, de área municipal situada na Avenida Rio Branco, para a construção do novo Hospital Pérola Byington – Centro de Referência da Mulher

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva
maurosilva@sp.gov.br

Silvio Tadeu Brígido
sbrigido@sp.gov.br

Edson Prates
eprates@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

(11) 2193-8107 e 2193-8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor solicitar cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107